

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### Registros Rupestres e História: Interfaces

Sônia Maria Campelo Magalhães\*

**Resumo:** Partindo do pressuposto de que os registros rupestres, enquanto alegorias imagéticas, são uma forma de narrar acontecimentos cotidianos, o trabalho propõe uma articulação conceitual entre a História e a Arqueologia, a fim de retirar os homens ditos pré-históricos de uma condição a-histórica.

**Palavras-chave:** Arte rupestre – História – Linguagem.

**Abstract:** En partant de la présupposition selon laquelle les registres pariétales, en tant qu'allégories imagétiques, sont une forme de narration d'événements quotidiens, le travail propose une articulation conceptuelle entre l'Histoire et l'Archéologie, a fin de faire sortir les hommes dites pré-historiques d'une condition a-historique.

**Résumé:** Art pariétal – Histoire - Langage

#### Introdução

Apesar do discurso historiográfico já ter apresentado significativas mudanças no tocante à incorporação de novas abordagens, ao buscar uma compreensão mais ampla do passado do homem, há uma categoria histórica – a dos homens ditos “pré-históricos” – que não chegou a suscitar o interesse de historiadores, a ponto de merecer um estudo mais detalhado, até mesmo porque a sua categorização como “pré” os exclui automaticamente das discussões da história, remetendo-os para uma estranha ambiência a-histórica. Por outro lado, se discute a possibilidade de trabalhar com uma perspectiva de história total. Seria isso possível, deixando de lado uma parcela considerável do passado da humanidade e, mais que isso, da experiência humana, de forma geral? A resposta é negativa, uma vez que não há espaço vazio de história na trajetória humana. Portanto, não se pode falar em *pré* e em *história* como algo desvinculado. Os arqueólogos “pré-historiadores” são na verdade historiadores dedicados aos primórdios. Afinal, o que um pré-historiador faz é constituir narrativas, a partir dos elementos materiais de que dispõe, para os quais emprega a mesma noção de “documentos”, igualando-as às “fontes” usadas pelos historiadores.

Em decorrência do relativismo introduzido no campo historiográfico, o leque de tópicos oferecidos para a análise multiplicou-se, de forma a que elementos tão sutis e

\* Doutoranda em História Social, Universidade Federal Fluminense /Universidade Federal do Piauí.

desmaterializados, como os odores ou o silêncio – conforme indicados por Burke (BURKE,1992:11) –, ou mesmo os gestos, podem ser tratados como fontes de informação histórica. Se é assim, nada mais justo do que procurar enxergar no que restou como prova da existência do homem mais antigos vestígios de história.

O tradicional distanciamento entre a história e os outros campos do conhecimento voltados para o estudo do homem em sociedade foi quebrado, desde Febvre e Bloch. O que se percebe hoje, de forma mais acentuada, mas vem desde a década de 1930, com os *Annales*, é uma tentativa de aproximação. Eu diria mesmo que a história é um primeiro exemplo do movimento em direção à transdisciplinaridade, a uma quebra ou diluição de fronteiras entre os diversos ramos da ciência humana.

Esse “trânsito livre” entre disciplinas afins é buscado ainda de forma tímida pelos cientistas, mas vai aos poucos se impondo. A barreira maior para a ultrapassagem desses limites são os “domínios” pretensamente defendidos por alguns, em cada ramo profissional. Não há área em que praticantes não se fechem em si mesmos, como se defendessem um domínio territorial particular.

Retomar e revisar o conhecimento já consolidado ou estabelecido é uma atitude cada vez mais comum hoje, e processa-se não com o objetivo de desfazer o trabalho anterior, mas no sentido de aperfeiçoá-lo, de fazer valer o que o contexto atual oferece como ferramentas para uma melhor compreensão da condição humana, em toda a sua extensão.

Nesse contexto de “abertura” é que se inserem as discussões aqui expostas, pois dizem respeito a uma aproximação entre disciplinas, notadamente entre a arqueologia e a história.

A abordagem ora proposta reforça a idéia de que a história humana deve mesmo ser buscada, no sentido do “total”, ou seja, em todos os seus aspectos e não dividida, deliberadamente, para atender a interesses de classes, continuando-se a enxergar, com olhos racistas, uma inferioridade no que é relativo à “Pré-história” e uma civilidade e desenvolvimento nas sociedades com registro documental escrito. Há quem considere essa discussão superada, mas sinto-me no dever de retomá-la, para situá-la historicamente e ressaltar pontos ou aspectos não discutidos em momentos anteriores. A propósito dessa retomada, no sentido de sua importância e plausibilidade, reporto-me à opinião de Marson sobre os métodos de reconstituição da história social desenvolvidos por Edward P.Thompson:

*Sua maneira sutil de repensar um elenco de conceitos e modelos interpretativos consolidados, para um tema aparentemente já esgotado, deixando que os próprios sujeitos históricos, no fluir da exposição documental, exerçam a prova de*

*resistência do aparato conceitual, desmanchou inúmeras ortodoxias que habitavam as cabeças dos historiadores” (MARSON, 1989:45).*

A posição defendida nesse artigo diz respeito à proposta de considerar-se a representação rupestre como uma forma de narrar fatos, de fixar memórias, de ensinar estratégias, portanto serve perfeitamente como fonte histórica, e uma vez que essa prática se estrutura em termos de temáticas e de técnicas, enfim, segue uma ordenação, se aproxima tanto da escrita quanto do fazer histórico.

Trata-se de uma ligeira análise do que tem sido comumente denominado de “arte rupestre” e de seu aporte para o conhecimento do homem do passado mais recuado da humanidade, no sentido de ser a prática da pintura - ou da gravura - sobre suportes rochosos, fonte para o estudo da história. Assumir tal posição permite, inclusive, repensar o corte tradicional entre história e pré-história.

### **Onde a arte rupestre entra na história**

As ações realizadas pelo homem constituem o cerne da história, mas o fato de registrá-las é que as torna *história*, a partir do momento em que são trazidas a lume, e delas se toma conhecimento. Ao pensar dessa maneira é possível levantar o seguinte questionamento: o que torna um relato oral colhido junto a um contemporâneo digno de ser considerado *história* quando alguém, seja historiador ou não, o anota e divulga, e não ocorre o mesmo com uma ação representada nos abrigos rochosos por um homem “pré-histórico”, como por exemplo a de ferir um animal com certa arma ou agarrá-lo pelo rabo?<sup>1</sup> Em ambos os casos se está a narrar algo, que de certa forma tem uma importância no seu contexto de origem, e a fazer dessa narração um registro. No primeiro caso esse registro é escrito, no segundo, visual. Se são equivalentes em termos de “discursos” e de registro, por que um dos homens produziu história e o outro não? Por que um desses homens é histórico e o outro pré-histórico, se os atos por eles praticados são equivalentes? Convém aqui lembrar que o termo *pré-histórico*, apesar de pretender reportar-se ao que é *pré*, isto é, *anterior*, tem sido empregado ao longo dos séculos como conotando algo que é *inferior*, *atrasado*, *primitivo*, pecha da qual até hoje o homem do passado não se livrou. Assim, além de ser uma categoria cultural, o “pré-histórico” é tido também como um estereótipo, uma entidade representativa do a-histórico. Talvez por isso a ele sempre foi destinado um papel secundário no desenvolvimento da história humana. Idêntica situação passou a África, berço de todos os homens, quando foi declarada continente

<sup>1</sup> O termo *representada* tem aqui o sentido de *registrada*.

a-histórico, *par excellence*, no discurso de Hegel: “ela não é parte histórica do mundo” (PRINS, 1992:164), e no de outros que o seguiram. Nem é necessário dizer da insustentabilidade dessa assertiva hoje.

A proposição anterior, de equivalência entre os atos de relatar oralmente e relatar através de imagens pintadas nas grutas, cavernas, abrigos e lajedos, certamente propiciará argumentos contrários, contestatórios, um dos quais será, sem dúvida, o critério de divisão utilizado: a presença da *escrita*, distintivo que na visão tradicional só está presente em uma das sociedades, mas não na outra. Contra esse argumento ousou afirmar o seguinte: mesmo que não se tenha um “alfabeto” constituído como tal, observa-se, nas representações rupestres pré-históricas, certos grafismos recorrentes, que se repetem, seja individualmente ou em associação com outros, formando composições. Quando estão isolados esses grafismos possuem uma significação, mas ao aparecerem associados tomam um novo sentido. Tal fato, por si só, já é indicador de uma intencionalidade das representações, e de que estas encerram mensagens, à maneira das escritas. É indicador também de que há uma certa estrutura de escrita. Para A-M Pessis (1987: 2) “[...] essa arte é a manifestação de uma cultura que possui um código de comportamento social que faz parte de seu sistema de comunicação”.<sup>2</sup>

Admitindo que esses registros imagéticos são uma forma de narrar acontecimentos cotidianos, ou mesmo excepcionais, apesar de terem sido produzidos num passado bem distante, situado muito antes do que a ciência considera como sendo o momento em que se começa a registrar os fatos *por escrito*, estamos não só equiparando aquelas ações, mas também aceitando que ambas constituem formas diferentes de contar, narrar, enfim, de fazer história. Assim, a arte rupestre é um outro gênero de narrativa histórica, uma maneira particular de fazer história. E mesmo o argumento de não haver escrita alfabética na época em que esses registros foram realizados pode ser contestado e retomado. As discussões sobre esse tema nunca chegaram a um consenso, mas é notório que há nas representações rupestres um código implícito que não chegou, e pode nunca chegar, a ser decifrado. A repetição das mesmas formas, no entanto, contam a favor da existência de uma linguagem. Não se pode mais conceber, por exemplo, que a prática da arte parietal se desse como divertimento. Observando a recorrência de certas representações fica claro que essas obras se destinam a um “expectador”. Na verdade essa ação era deliberada e conscientemente registrada, dirigida aos indivíduos pares, iniciados na mesma linguagem, e à posteridade.

---

<sup>2</sup> No original : “Enfin, cet art est la manifestation d’une culture qui possède un code de comportement social faisant partie de son système de communication”.

## No reino dos conceitos

Se a história for tomada no sentido de uma construção que privilegia a experiência humana, a arte rupestre pode ser considerada uma forma de história, como tenho afirmado, pois constitui-se de narrativas do cotidiano, expressão de técnicas e representações simbólicas de grupos culturais do passado. Mas antes de prosseguir com a argumentação sobre essa possibilidade, faz-se necessário situar algumas posições observadas neste campo de estudos. Convém lembrar que a arte rupestre engloba duas técnicas: a pintura e a gravura em rochas. Os indícios mais antigos dessa prática são atribuídos ao *Homo sapiens* e remontam a 35000-30000 anos antes do presente, época em que a simbolização vai tornar-se mais um importante equipamento de distinção entre o homem e as outras espécies, entre o *sapiens* e as outras formas hominídeas que o antecederam ou foram dele contemporâneas, caso da espécie *neandertalense*.

Embora a expressão *arte rupestre* já esteja arraigada nos escritos produzidos até agora, o fato de carregar no seu bojo uma conotação de prioridade ao valor estético tem levado alguns arqueólogos, sobretudo os da região nordeste do Brasil, a utilizarem *registros rupestres* em substituição àquela. Com isso pretendem chamar a atenção para um aspecto de grande importância: além de não deixarem de ser valoradas como belas obras de arte, são também portadoras de uma função, uma vez que constituem a primeira forma de *registro gráfico* da humanidade. Essas representações constituiriam um código de comunicação social de natureza visual, comparável aos das sociedades com registro escrito. Vista sob este ângulo a arte rupestre é igualmente um mecanismo de fixação da memória e se presta a uma reavaliação de categorias culturais, como a de “pré-histórico” e “histórico”. A propósito dos conceitos atrelados a esses termos, sou de opinião que o que ainda hoje é chamado *pré-história* e, portanto, considerado fora da história, deveria fazer parte da história do homem sob a denominação de *história dos primórdios*, pois só assim o critério de distinção entre os diferentes momentos daquela seria único: o temporal, e não técnico (escrita) e temporal (pré) simultaneamente, como se dá hoje.

A dívida da sociedade contemporânea para com o homem “pré-histórico” estaria em certa medida amenizada, estando ele entre os que fazem parte da história, e esta ficaria assim dividida em história dos primórdios, da antiguidade, da modernidade, contemporânea, pós-moderna...

Voltando ao ponto anterior, após essas digressões, faz-se mister lembrar que apesar de fragmentárias, as informações fornecidas pelos registros rupestres permitem

reconhecer atitudes, comportamentos sociais e práticas desenvolvidas no cotidiano dos homens mais antigos e, por conseguinte, a recriação de parcela de sua vida histórica. A ação de registrar tais fatos transforma seus autores em *atores* históricos porque, como os historiadores contemporâneos, criaram história, como diz Genovese a respeito de um grupo de escravos negros nos Estados Unidos no período que antecede a guerra civil (SHARP,1992:60). Dessa forma têm-se o homem dito “pré-histórico” instituído como ser histórico.

Faz-se necessário ter em mente que todos os grupos e sociedades humanas possuem ritmos de desenvolvimento diferentes e que lhes são específicos, recordando aqui a lição de Franz Boas sobre a história com *h* minúsculo, ou particularismo histórico (LARAIA, 1989:36). Por isso mesmo não é aceitável taxar de atrasada uma sociedade, sem que ela seja vista no seu próprio contexto, e sim em comparação com outras, sob critérios que não se fazem presentes em ambos os lados.

Enaltecer suas próprias ações, seus feitos, atrair simpatia e procurar obter vantagens que se reflitam na melhoria de sua sobrevivência, longe de serem atos puramente etnocêntricos e sem importância, são fatores de coesão, de valorização de um grupo cultural perante ele próprio e os outros, se tomarmos como coerente a visão de Rocha (1994).

Quando registra seus atos na pedra, o homem do passado está, também, registrando sua memória social. A esse respeito um fato curioso, observado na prática da pintura rupestre estudada no Nordeste do Brasil, remete ao problema do que é permitido e do que é interdito em um discurso, pois o universo contextual desses indivíduos se reduz a algumas formas, a um pequeno número de espécies animais e vegetais, a uns poucos objetos e a algumas atividades cuja interpretação baseia-se no movimento, nas posturas dos componentes das cenas.

A noção de *nova história*, para James Harvey Robinson (apud Burke, 1992:17), “[...] inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu aparecimento sobre a terra”. Assim a história passa a interessar-se por toda a história humana. E a evidência dessas atividades pode tanto ser escrita como oral ou visual, pois quanto mais variadas forem as evidências, mais completo será o quadro de conhecimentos sobre o passado da humanidade. Dessa forma a arte rupestre tem garantida sua entrada na história, como uma fonte que permite a equiparação, não só em termos de produção técnica, mas também intelectual, entre *atores* históricos, uns situados no passado mais distante e outros em um mais recente, e até na atualidade.

Segundo Burke, “Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem” (BURKE, 1992:59-60). Ora, o que mais está evidente na prática da arte rupestre é a tentativa de mostrar certos grafismos que “identifiquem” os diferentes grupos autores. Muitos desses grafismos são colocados em lugares de destaque, para chamar a atenção. Portanto, a arte rupestre presta-se também a estudos sobre a identidade de grupos culturais do passado.

A ponte para o entendimento daqueles grupos mais distantes no tempo são, no caso brasileiro, os indígenas do contato, pois representam a permanência de traços biológicos e culturais dos mais antigos, uma vez que não se imagina uma catástrofe destruindo completamente os mais antigos e os espaços da terra *brasilis* sendo ocupados outra vez, pouco antes da invasão européia. Porém, é preciso lembrar que o espaço temporal entre os primevos e estes é extremamente longo, e certamente “apagou” muitos traços, entre os quais a prática da arte rupestre, que saiu das rochas para o corpo, transformando-se em pintura corporal, já a gravura parece ter sido definitivamente abandonada como forma de expressão. As ligações entre pinturas e gravuras ainda precisam ser esclarecidas, assim como a mudança de suporte já referida, que deve incluir também a cerâmica.

### **Arte rupestre e discursos**

“Embora outros tipos de história – a história da arte, por exemplo, ou a história da ciência – não fossem totalmente excluídas pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos ‘verdadeiros’ historiadores” (BURKE, 1992: 11). Se a arte em geral fazia parte dos temas marginais aos interesses dos profissionais da história, por conseguinte, aquela realizada nas rochas nem sequer chegava a ser cogitada para o rol das temáticas tratáveis nesse campo. Mas é fato que ela se apresenta como uma das abordagens possíveis do passado, haja vista seu caráter de testemunho direto e voluntário desses homens que nele viveram. Os grafismos rupestres carregam o essencial das percepções e das representações e racionalidades de seus autores, representantes sociais de grupos culturais, em um dado momento. Além disso, parece evidente, após a análise de centenas de grafismos, que uma das buscas desses homens é o reconhecimento de suas identidades, por meio dos registros gráficos. De tal reconhecimento depende a afirmação do ser social ou do grupo social.

No discurso da atualidade, de que é exemplo a posição de Meneses:

*Muitos [historiadores] apontam a importância das fontes visuais a partir dos anos 1960, e mesmo antes, fundamentando-se na ampliação da noção já agora consolidada de documento, em História e, portanto, na abertura de novos horizontes documentais. Também se processa a assimilação de novas técnicas quantitativas e qualitativas de análise (MENESES, 2003: 18-19),*

admite-se o uso do “material visual” como fonte documental utilizável pela história, mas não explicitamente se trabalha com aquele emanado do universo do homem dos primórdios.

### **Considerações finais**

As reflexões aqui expostas devem funcionar mais como um alerta para estarmos atentos aos “possíveis” da história. Elas podem ter apenas um efeito limitado na discussão das questões contemporâneas, mas sua entrada no cenário historiográfico servirá, pelo menos, para “mexer” com posições pré-concebidas e preconceituosas.

### **Referências bibliográficas**

- BURKE, Peter.(org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**.5. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1989.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes Visuais,cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares*. In **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 45,jul. 2003, p. 11-36.Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0102-01882003000100002&Ing=em&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-01882003000100002&Ing=em&nrm=iso). ISSN 0102-0108.
- PESSIS, A.M. **Art rupestre préhistorique: premiers registres de la mise en scène**. Thèse de Doctorat d’Etat ès lettres et Sciences Humaines, Nanterre, Université de Paris X, 1987.
- PRINS, Gwyn. *História Oral*. In BURKE, Peter.(org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é Etnocentrismo**.11ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).
- SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*.In **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62).